

Neoliberalismo e Globalização: Abordagem Histórico-Conceitual para o Estudo do Turismo Endógeno e Sustentável¹

Mndo.André Portes Caldini Berberi – UnicenP/PR e FURB/SC²

M.Sc.Valdir José Cobos – UnicenP/PR³

Resumo

O presente trabalho objetiva buscar alguns traços históricos que levaram à atual hegemonia neoliberal, além de uma abordagem conceitual-metodológica sobre os efeitos neoliberais e da globalização nas dinâmicas que regem a sociedade atual e no processo de desenvolvimento turístico endógeno e sustentável. É, também, nas relações humanas em sociedade que se pautarão reflexões do artigo, bem como conceitos que permeariam uma abordagem de um tipo diferenciado de turismo, denominado por turismo comunitário (CORIOLANO; LIMA (2003); SAMPAIO et. al (2004). A partir do pano de fundo que busca entender o contexto atual e as tendências, se argumentam saídas que venham a dar conta de respostas aos principais problemas do homem em sociedade e da relação deste com a natureza. O turismo exposto como atividade globalizada poderá ser um caminho não só para fomentar o desenvolvimento endógeno e sustentável, mas também uma atividade que poderá dar conta de reflexões e questionamento sobre as regras que, de forma hegemônica, regem a sociedade.

Palavras-chave: neoliberalismo, globalização, turismo, desenvolvimento endógeno, sustentabilidade.

As ponderações do presente documento surgem na medida em que são reconhecidas inevitáveis as relações da globalização frente aos fenômenos do turismo, assim como o questionamento do sistema capitalista de acumulação como caminho gerador de mazelas sociais e ambientais. Tal modelo vem se sobrepondo a outras formas de desenvolvimento como o regulacionismo, não oferece resposta aos problemas de desemprego, pobreza e miséria mundiais (Sachs, 2003). É nessa linha capitalista como sistema dominante e manipulador de indivíduos e sociedades, que se questionam valores a partir de critérios monetários e o seu contra-ponto nos valores a partir de relações de solidariedade pautadas em sistemas sociais mais justos e includentes.

¹ Trabalho apresentado ao GT “Abordagem histórico-crítica do turismo” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau-FURB (Blumenau/SC); Professor do Curso de Turismo do UnicenP (Curitiba/PR); MBA em Direção Estratégica pelo UnicenP (Curitiba/PR); Graduado em Turismo pela UFPR. e-mail: aberberi@unicenp.edu.br

³ Mestre em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI/SC; Especialista em Turismo e Hotelaria pela UNIVALI/SC; Graduado em Arquitetura pela UFSC. Professor do Curso de Turismo do UnicenP (Curitiba/PR). E-mail: vcobos@unicenp.edu.br

O maior desafio não está apenas nas instituições propriamente ditas, mas nas mentalidades: para que se alcancem os benefícios potenciais da globalização, é necessário cuidar do meio ambiente, garantir que os pobres tenham voz nas decisões que os afetam e promover a democracia e o justo comércio (STIGLITZ, 2002, p.265).

Assim, compreende-se que os fenômenos considerados como alternativas no processo de desenvolvimento de regiões passam a figurar num macro-ambiente onde as dinâmicas seguem ditames pré-estabelecidos, muitas vezes por uma mentalidade coletiva pautada no lucro e nas regras de mercado.

Ao questionar o surgimento e ascensão dos fenômenos neoliberais e da globalização, não percebe-se espontaneidade, senão um processo engendrado e atrelado aos interesses de países centrais, assim chamados e compreendidos pela Teoria da Dependência, onde Fernando Henrique Cardoso foi um dos precursores em suas construções e pensamentos cepalinos⁴. Em correntes precursoras das teorias modernas, os pensamentos dos teóricos clássicos da economia e de um desenvolvimento mais pautado no que se trataria hoje como crescimento econômico, entre seus principais expoentes, figurou Adam Smith com a auto-regulação do mercado em sua teoria da “mão invisível”, ou ainda os modelos marxistas (daí originadas várias interpretações que contrariariam ou confirmariam parte dos pensamentos de Karl Marx), o Evolucionismo e a Teoria da Modernização na perspectiva do que é evolução e o que é o próprio retrocesso.

Muitas tentativas apresentadas no decorrer da história esboçam linhas de raciocínio que tentariam dar conta de um pano de fundo para um desenvolvimento eticamente igualitário e incluyente, onde os recursos pudessem ser suficientes devido ao uso razoável dos mesmos (MORRIS, 1985, in PEPPER, 2000).

A partir daí, observam-se contra-sensos por ações que visam a manutenção dos privilégios de poucos e o crescimento nas desigualdades sociais e a produtividade a baixos custos, muitas vezes passando por cima de questões como a preservação ambiental ou a sustentabilidade sócio-cultural. Em políticas que conduzem ou se deixam conduzir pela dinâmica do acúmulo de capital, acredita-se que resta buscar cenários positivos ou, como já dito, alternativas de desenvolvimento que sirvam para, nem que de forma isolada, buscar o desenvolvimento pautado nos princípios da sustentabilidade e na endogeneidade de comunidades que sabem ou buscam reconhecer as suas verdadeiras necessidades. Com isto,

⁴ CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

inicia-se a contextualizam de patamares macro-ambientais para a inserção de idéias que levam a discussão do turismo sustentável endógeno e sustentável.

A partir das idéias de Fiori (1997) percebe-se uma relação entre o velho (século XVIII) e o novo liberalismo do final do século XX. Basicamente os princípios são os mesmos e coloca-se em pauta o papel do Estado e das políticas públicas, onde a história apresenta uma retração estatal frente os acordos comerciais. O ‘menos’ de Estado incentiva, portanto, a “liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados” (FIORI, 1997, p.212). A igualdade social na visão neoliberal seria apenas o ponto de partida no jogo comercial de mercados capitalistas. Em outras palavras, para início das atividades comerciais, o Estado deveria incentivar a igualdade de oportunidades e a partir daí, a eficiência ditaria quem e quais permaneceriam ou cresceriam no mercado da concorrência. Essa questão deveria ser discutida sob dois aspectos: as condições nunca seriam as mesmas, dada a abstração do termo condições e a dinâmica acelera questões predatórias, onde permanecem apenas os que competem com mais eficiência e produtividade (FIORI, 1997).

Assim, as idéias neoliberais vêm se mostrando excessivamente concentradas ao acúmulo financeiro, sem as devidas preocupações as questões sociais e as conseqüências de longo prazo, sejam ambientais, políticas, culturais ou sociais. Segundo Teixeira (1996), “a partir do momento em que o valor da propriedade passa a ter sua fonte no dinheiro, e não mais no trabalho, produz-se uma desigualdade social na apropriação do principal meio de produção – a terra - , dando origem, então, a uma época de conflitos sociais” (p.203). A título de exemplo, segundo dados do Escritório de Estatística Norte-Americano, somente o 5% mais rico da população aumentou sua renda no ano de 2004. Interpreta-se que há uma política adotada para a alta concentração de poderio econômico e, conseqüentemente, o bem-estar de uma minoria.

O crescimento das instituições financeiras reforça ainda o fato da filosofia neoliberal estar voltada para o lucro econômico. Stiglitz (2002) afirma sobre a forma como é representada a política neoliberal do FMI. Segundo ele, “o Fundo Monetário Internacional argumenta que é muito mais importante privatizar rapidamente; é possível tratar das questões de concorrência e regulamentação mais tarde” (p.88). Com isso evidencia-se a preocupação para dar mais forças ao mercado e esse, em teoria, dependente de um diretório

financeiro mundial, o próprio FMI. Essas preocupações não remetem a cuidados com as reais necessidades da população.

Podendo ser encarado como um mal necessário devido ao avanço e o domínio dos países centrais imputando no mundo o capitalismo, “o liberalismo gozou, de uma ideologia que consegue ser quase universalmente hegemônica [...] nunca alcançou tamanha difusão ou hegemonia no plano mundial como neste final de milênio” (FIORI, 1997, p.214/215). O liberalismo de hoje, mais forte e globalizado que no século XVIII, não abrange as questões-chave anteriormente relacionadas, com o estado do bem-estar social; essa é uma preocupação que não faz parte da pauta deste atual neoliberalismo que domina o mundo já não dualizado entre os poderes do capitalismo americano e do comunismo da União Soviética.

O neoliberalismo já reconhecia desde meados do século XIX um “terreno fértil” para sua realização, principalmente pelos conceitos que, desde então reconheciam o poderio e a tendência de evolução do mercado, frente a regulação do Estado. No século XX, acredita-se no neoliberalismo pela própria existência e ascensão do capitalismo. Mesmo em baixa, após a 2ª Guerra Mundial, surge a Sociedade de Mont Pèlerin que, segundo, Anderson (1995), “seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (p.9). O déficit público e a inflação seriam bons argumentos para o envolvimento do mercado em funções antes concentradas no poder do Estado. Teixeira (1996) afirma que “...o grande vazio produzido pelo fim do chamado *socialismo real* e a *crise do modelo social-democrático de produção* abrem espaço para aqueles que propõem a liberdade de mercado como a única alternativa para enfrentar os problemas atuais” (p.235). Essas idéias neoliberais surgem também como estratégias feitas com base na auto-regulação do mercado e pensadas para diminuir a força dos sindicatos que estavam se fortalecendo.

Quanto a globalização, é vista como um fenômeno preponderantemente novo, onde segundo Cardoso, até o período de 1967 não havia a noção de uma economia global. Em 1971 surgem as primeiras palavras que dão margem a discussão do mercado global a partir dos Estados Unidos da América com as organizações denominadas cartéis⁵.

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Conferência no Evento UnicenP Pensa o Brasil. Curitiba/PR, 26/04/2005.

Encarado por muitos como um sistema profícuo para o mundo, há que se questionar e buscar as informações e a quem elas prevalecem. Segundo Stiglitz (2002), “muitos – talvez a maioria – dos aspectos da globalização foram bem-vindos em todos os lugares. Ninguém quer ver suas crianças morrendo quando conhecimento e a cura estão disponíveis em alguma região do mundo” (p.37). Mas num contexto onde o neoliberalismo mundial já se fazia forte e problemático, a globalização é encarada por alguns autores como espécie de consequência natural. Nessa linha de pensamento que relaciona as idéias como muito próximas, surgem várias críticas ao sistema globalizado como a falta de estabilidade e problemas com a pobreza. Segundo Stiglitz (2002), “se a globalização não logrou êxito em reduzir a pobreza, também não teve sucesso em garantir a estabilidade” (p.32). O sistema não parece ser igualitário, não apenas nas condições de indivíduos de um mesmo país onde poucos enriquecem e a maioria empobrece; o sistema também é desigual em sua concepção estrutural quando os benefícios se mostram claramente favoráveis à uma parte dos envolvidos. Stiglitz (2002) afirma que

os países ricos do Ocidente forçaram as nações pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas eles próprios mantiveram as suas, impedindo que os países em desenvolvimento exportassem seus produtos agrícolas, privando-os, assim, da renda tão desesperadamente necessária obtida por meio das exportações (p.33).

Um diálogo muito próximo da política neoliberal fortalecida a partir da polarização entre o capitalismo e o comunismo. Um sistema controlado por instituições internacionais que apresentam regras para um mercado já, de certa forma, dominado por eles. A partir da criação das instituições financeiras, implementou-se um sistema onde as regras do desenvolvimento foram escoradas na ordem econômica mundial. Stiglitz (2002) esclarece:

O FMI e o Banco Mundial abordavam essas questões a partir de uma obtusa perspectiva ideológica: a privatização deveria ser feita de maneira rápida. Eram mantidos *scorecards* (boletins de pontuação) para os países que realizavam a transição do comunismo para o mercado: os que privatizavam suas estatais mais rápido recebiam notas altas (p.87).

No início dos anos 90, são reconhecidas desconfianças sobre a legitimidade e a efetividade do processo neoliberal. Isso faz com que se desencadeiem crises intensas, inclusive nas chamadas democracias maduras. A globalização, também chamada de internacionalização, é uma constante na expansão capitalista e se reconhece uma passividade dos países periféricos. Questiona-se aí, o liberalismo e a sua relação com a democracia. Mais especificamente na América Latina, em seu contexto de formação a base

de países periféricos, questiona-se as desigualdades sociais e processos de globalização enquanto democráticos, uma vez que são ditados por regras de mercado internacionais (FIORI, 1997). São questões que levam a tona a iminência de discussões sobre problemas de governabilidade e a revolução. Trata-se por um lado, de uma visão unilateral baseada no mercado em possível detrimento do bem-estar social e, por outro lado, da internacionalização, em detrimento das necessidades de troca entre os mercados locais com suas próprias características sociais, culturais, tecnológicas e, em decorrência disso, econômicas.

Conforme Giddens (1991), há uma estreita relação entre as características e efeitos da globalização e as políticas neoliberais. O autor afirma que,

a economia capitalista é o poder econômico que dita as regras da dinâmica global e o sistema dos Estados-nações onde encontra-se atualmente fortalecido politicamente, na medida em que aplica políticas internas e externas que atendam aos interesses dos grupos financeiros internacionais (p.76).

O neoliberalismo, sistema políticos que dá subsídios a globalização, é por muitos encarado como uma tendência e até mesmo única alternativa viável frente ao contexto mundial, haja visto que em sua fase atual, principalmente após a queda do bloco comunista, quase a totalidade dos países do mundo parecem se render as políticas neoliberais.

Mesmo com a falta de tempo para compreender o processo neoliberal nos países em seus particulares contextos, muitos autores já têm a opinião formada a respeito. Juan Torres López, por exemplo, em sua recente análise denominada “el huracán neoliberal” argumenta que se trata de uma estratégia para diminuir recursos públicos e instaurar a filosofia do “salve-se quem puder”. Segundo López (2005), quando se refere à um símbolo do neoliberalismo mundial,

a primeira potência econômica mundial (Estados Unidos da América), está muito atrasada em bem-estar social, em igualdade e em proteção social. Para impulsionar os negócios se impõe uma filosofia individualista que, justo nesses momentos (sobre o furacão Katrina no sul dos Estados Unidos), é quando se mostra como ineficazes e anti-humanos são. (tradução do autor)⁶

Ao estado foram deixadas políticas compensatórias e que dessem o subsídio necessário para garantir a acumulação do capital. Segundo Teixeira (1996), “seu ponto máximo de desenvolvimento foi com a mundialização dos circuitos financeiros, que criam

⁶ LÓPEZ, Juan Torres. El huracán neoliberal. Acessado em 06/09/2005.

um único mercado de dinheiro, virtualmente livre de qualquer ação de governos nacionais” (p.196).

Quanto ao Brasil, acompanha o processo neoliberal, somente após a fase do estado interventor e suas características marcantes para a sociedade. Segundo Teixeira (1996), “a intervenção estatal foi estruturalmente incapaz de propiciar um mínimo de bem-estar material para a grande maioria da população” (p.221). O Estado colabora para aprofundar o abismo entre as classes sociais e de acordo com Teixeira (1996), “isto ocorre porque o Estado interventor nasce no Brasil sob uma base econômica herdada do período colonial e, por isso, com uma estrutura extremamente brutal de concentração de renda” (p.222). Logo em seguida, ocorre no Brasil uma crise fiscal onde o financiador do sistema de acumulação era o próprio Estado. Seria a crise do padrão de financiamento brasileiro. Isto poderia ser considerado como um estopim que enfraqueceria o Estado, abrindo a porta para as idéias neoliberais.

Ratificou-se a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando (...) como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. [...] Essas propostas podem ser resumidas em dois pontos básicos: redução do tamanho do Estado e abertura da economia. (Teixeira, 1996, p.225)

Com o Governo Collor e posteriormente Fernando Henrique Cardoso, as lógicas de mercado são colocadas em evidência com abertura da economia ao mercado internacional, privatizações, acordos internacionais, entre outras medidas. Foi na década de 1990 onde houve o destaque para o modelo neoliberal com um profundo impacto sobre a sociedade, e em especial, sobre os trabalhadores. Um período de crise social onde se reconheceram o desemprego, a precarização, o empobrecimento na desigualdade social, entre outros fatores que refletem diretamente nos tempos atuais².

Com muita propriedade e com relação a visão unilateral para os benefícios econômicos, Stiglitz (2002) afirma que

os descontentes com a globalização insurgem-se não apenas com o fato de a economia parecer ser colocada acima de todas as coisas, mas por causa de uma visão particular da economia – o fundamentalismo de mercado –, que é colocado acima de todas as outras visões (p.270).

² Curso de Economia Solidária 19 a 22 de julho de 2005 – 57ª Reunião Anual da SBPC – Ministrante Prof.Dr.Valmor Schiochet – Secretaria Nacional de Economia Solidária / Governo Federal.

Acredita-se que para ser completo, o desenvolvimento deve manter pesos iguais ou similares para aspectos como o meio ambiente, a sociedade e, obviamente, também a economia.

Segundo Peck & Tickell (2002) “na assimétrica escala política do neoliberalismo, instituições locais e seus atores, tem recebido responsabilidades sem o poder, enquanto que instituições internacionais e seus atores, têm recebido poder sem responsabilidade”. Os autores questionam a efetividade do neoliberalismo pela concentração de deveres e poucos direitos de instituições locais e de pequena escala por um lado e pelo grande poder, sem a devida responsabilidade das grandes instituições internacionais, por outro.

Stiglitz (2002) comenta em algo que poderia ser considerado como discurso regulacionista ou ainda considerado como busca de um diálogo e equilíbrio entre a filosofia neoliberal e a regulação; “em qualquer etapa de desenvolvimento político e econômico que um país esteja, o governo faz diferença. Governos fracos e intrusivos demais prejudicam a estabilidade e o crescimento” (p.269). Além do diálogo, é muito importante que se façam transparentes os processos, ainda que distantes muitas responsabilidades do governo pelo sistema neoliberal. Stiglitz (2002) comenta que “o sigilo solapa a democracia. Só pode haver responsabilidade democrática se aqueles a quem as instituições públicas devem prestar contas estiverem bem informados sobre o que estão fazendo – inclusive que escolhas eles confrontaram e como as decisões foram tomadas” (p.279).

O turismo, por lidar com o deslocamento de pessoas e, se visto como atividade que rompe fronteiras constantemente, pode ser considerado um dos símbolos do mercado global. Wahab (1991) define o turismo como “uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países” (p.26).

Com relação aos efeitos nocivos da atividade e a sua relação com o mercado globalizado e as políticas neoliberais, encontra-se em evidência e, como um de seus principais ícones, o turismo de massas. Nocivo por não adotar sistemas de controle que visem não apenas o lucro econômico, mas a sua continuidade a longo prazo, sustentada em pilares ambientais, sócio-culturais e também econômicos. Importante lembrar que a atividade turística pode ser lucrativa, mas por não respeitar determinados critérios, deixe de

ser viável economicamente com o passar do tempo. Oliveira (1999) afirma que “o turismo, global já em sua essência e que, em seu estágio atual, assume o caráter globalizante, iniciado com a gênese do turismo de massa após o final da Segunda Guerra Mundial e impulsionado pelos avanços tecnológicos nos transportes aéreos e nas comunicações” (p.286).

Considerado como o fluxo de pessoas e a sua interação com a região visitada em seus diversos aspectos, questiona-se como em sua forma conceitual, poderia estar relacionado com a globalização. Conforme afirma Oliveira (1999),

a globalização, no âmbito do turismo, expressa-se nas mega-transportadoras aéreas, cadeias internacionais de hotéis, nas facilidades de pagamentos com o *travellers checks* e cartões de créditos e de reservas, através de gigantes das telecomunicações e, também, pelas grandes locadoras de automóveis com filiais espalhadas por todo o mundo (p.300).

Ainda com relação aos pontos negativos de políticas globais e neoliberais, Gallero (*apud* RODRIGUEZ, 1996) afirma que,

“La globalización acompañada de un discurso neoliberal y modernizador impide el desarrollo autónomo y, entre otras cosas, generalmente ataca los valores ambientales del espacio receptor, debilitando y incluso haciendo desaparecer recursos turísticos (p.80).

O turismo, visto apenas como atividade lucrativa, também passa por fases como a sua auto-falsificação para atrair fluxo de visitantes. Este poderia ser considerado como mais um perigo da globalização. Oliveira (1999) afirma que

A pretexto de levar a modernização aos países do Terceiro Mundo, as corporações transnacionais do setor turístico impõem seus padrões de produção, comercialização e consumo do espaço turístico, comprometendo a identidade cultural e os recursos naturais das comunidades em nome da exploração do turismo, atuando de forma a alienar o turista na medida em que este encontra reproduzidas, no local visitado, as mesmas situações do seu lugar de origem (p.302).

O turismo, como apresentado, além de ser uma atividade globalizada por sua natureza ‘anti-estática’, é uma atividade que se fortaleceu por essa mesma razão e portanto, depende de uma sociedade cada vez mais global. Quanto a postura neoliberal, permeia conceitos que relacionam como uma indústria, e orienta a atividade para seus resultados econômicos de uma atividade vista, muitas vezes, por sua unilateral relação com o mercado e a produtividade representada por números.

No entanto, o turismo também pode ser encarado como um impulsionador de fatores relacionados com o desenvolvimento das próprias comunidades, pois não se faz apenas

com paisagens e bens materiais, senão com seres humanos por seu fator de atratividade e pelo próprio caráter intrínseco da hospitalidade. Segundo Oliveira (1999), “Quanto mais intensa se torna a atividade turística, mais os povos tendem a valorizar e preservar suas culturas, tradições, costumes e paisagens, como forma de oferecer aos turistas produtos diferenciados” (p.297).

Se colocarmos em questão a atividade globalizada e a padronização do mundo em termos de ciência e tecnologia, ou até mesmo a supremacia de determinadas culturas que são copiadas por países menos desenvolvidos economicamente, o turismo deve impor alguns conceitos básicos para a que a sua essência não venha a destruir valores nas regiões onde se desenvolve. Coloca-se em pauta o termo turismo endógeno como forma de utilização da atividade que não vê apenas os seus benefícios econômicos, mas as vantagens sociais e ambientais em que pode se apoiar. Um turismo com traços filosóficos e princípios éticos, a partir da participação e a identificação de necessidades e vontades das próprias pessoas que residem nas regiões em questão. Seria, portanto, um paradoxo tentar considerar uma atividade endógena que valorize as suas próprias características e fatores de atratividade em detrimento de um mercado neoliberal e globalizado? Acredita-se que, independentemente da dinâmica predominante, o turismo é uma atividade que envolve a comunidade e, portanto, deve ser administrado pela mesma. Busca-se assim, como uma forma que vem rompendo paradigmas neoliberais, um turismo onde se estimulem o protagonismo real das pessoas e a busca de soluções criativas endógenas, distantes dos mecanismos burocráticos e paternalistas que reforçam a verticalidade e a concentração do poder (SAMPAIO, 2005).

Como se sabe, o turismo é uma atividade inserida nas dinâmicas de um mercado competitivo e deve adotar determinados critérios para a sua sustentabilidade econômica. Com grande competitividade entre os fatores da oferta e turistas cada vez mais clientes no sentido comercial utilitarista, percebem-se difíceis as aplicações de uma utópica atividade econômica comandada não pela demanda, mas pela oferta, ou seja, gerido pelas próprias comunidades locais receptoras.

Assim mesmo, acredita-se no diálogo como uma alternativa viável que busque o equilíbrio entre a viabilidade econômica e a sustentabilidade da atividade em seu aspecto ambiental e cultural, pensados para a sociedade, pois essa representa o fator principal para o

turismo sustentável. A idéia de uma terceira escala para o desenvolvimento ao invés da exploração da atividade turística, parte dos princípios da democracia e da liberdade, não geridas pelo regulacionismo da social-democracia, nem gerida pelo mercado em seus princípios neoliberais predominantes. Trata-se da sociedade civil organizada em princípios éticos, legitimados pelo Estado e respeitados pelo Mercado, onde vigorariam os princípios de endogeneidade e de sustentabilidade para que gerações futuras possam sobreviver em condições similares.

Acredita-se, em uma visão considerada por muitos como utópica, onde a sociedade organizada e a economia de pequena escala, traria frutos para o desenvolvimento, pois é nela que, o cidadão possui o direito da participação mais legitimada pela democracia e o exercício de sua liberdade. Com isso, haveria que se aprofundar na ideologia do turismo, onde se mostrariam preocupações legítimas com a sociedade, pela sociedade. Não seria portanto, o planejamento voltado as comunidade locais, mas o planejamento feito pelos próprios membros da comunidade no exercício do que poderia se resumir nas palavras de Max-Neef ao comentar sobre as necessidades básicas dos seres humanos. Conforme o autor, “as necessidades fundamentais são semelhantes em todas as culturas, e incluem subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, criação, ócio, identidade e liberdade” (MAX-NEEF, 1993, p.25) (tradução do autor).

Assim, o texto é conduzido às considerações finais quando coloca questões que buscam aprofundar temas normalmente aceitos por aqueles que negam a reflexão e buscam fazer do turismo, uma forma de ganhar dinheiro e, assim, contribuem com o neoliberalismo tão pouco questionado.

Haveria de se compreender um pouco além daquilo que nos é mostrado e essa seria a principal contribuição do texto. A partir do momento que se questionam as formas políticas e ideológicas que dominam o sistema mundial, criam-se alternativas que dependem das características intrínsecas e particulares de cada região. Apesar de que as políticas neoliberais buscam solapar as formas endógenas e autônomas de desenvolvimento, a globalização nos confunde e ignora por muitas vezes os mercados menos competitivos e as características e necessidades de cada região. Tudo, ao que parece, se justifica pelo lucro. Ao contrário do que se tem em conta em sociedades solidárias, o dinheiro é a resposta para as boas ações em uma economia de mercado. O turismo,

colocado em pauta para discussão, é uma atividade com vocação para questionar o formato neoliberal e as receitas da globalização.

Muitos efeitos nocivos da exploração da atividade, sem a preocupação com o longo prazo e as gerações futuras, são reconhecidos no turismo. A exemplo, temos a especulação imobiliária, o uso indevido do solo, o comércio de drogas, a prostituição, a submissão forçada por empresas mais bem estruturadas tanto financeiramente quanto em termos de uso do conhecimento, da ciência e da tecnologia. Essas não são desvantagens apenas da atividade turística, mas os seus efeitos vêm se intensificando a partir do seu indevido gerenciamento em regiões de todo o mundo.

O que se busca questionar é se haveria a possibilidade de uma espécie de revolução ideológica que pudesse se contrapor às filosofias dominantes de um mundo neoliberal. Muitos acreditam nessa alternativa e alguns já adotam ações e constroem seus caminhos a partir de crenças que questionam o sistema atual. Como disse Perry Anderson, já nos encontramos dentro do sistema neoliberal. “Este fenômeno (neoliberal) chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes” (ANDERSON, 1995, p.23). Resta-nos, portanto, duas alternativas: aceitar o que se apresenta como as regras do jogo a ser seguido ou buscar alternativas, ainda que de forma tímida e, num começo e mesmo sem a potência necessária para provocar uma divisão consistente e estrutural na sociedade contemporânea.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp.09-23.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

Desafios da globalização / Ladislau Dowbor, Octavio Ianni, Paulo-Edgar A. Resende (orgs.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (org). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 116p.

FIORI, José Luiz. **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991, p.76

Revista Realidad Económica Buenos Aires (Buenos Aires). LÓPEZ, Juan Torres. *El huracán neoliberal*. Disponível em <<http://www.iade.org.ar/iade/Dossiers/Katrina/publica.html>> Acesso em: 06 set. 2005.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones**. Barcelona: Icaria, 1993.

Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho / Francisco J. S. Teixeira, Manfredo Araújo de Oliveira (orgs.) – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

Relações internacionais & globalização: grandes desafios / coord. Odete Maria de Oliveira. 2.ed. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 1999. [Globalização e Turismo: efeitos e tendências – Márcia C.Belderrain Boer (pp.285-318)].

PECK & TICKELL. **Neoliberalizing space**. Antipode. 34 (3), 380-404.

PEPPER, David. (2000). **Ambientalismo Moderno**. Instituto Piaget, Lisboa. [Cap.2: Algumas questões fundamentais no ambientalismo radical. (pp.67-161)]

RODRIGUEZ, Adyr A.B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.80.

SACHS, Ignacy (2003) *Desenvolvimento incluyente e trabalho decente para todos*. Documento preparado para a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, OIT.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, Valdir. Formulação de estratégias de desenvolvimento com base no conhecimento local. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo(FGV-SP), 2005. prelo

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI Jr., Oklinger; PELLIN, Valdinho. Arranjo Produtivo Local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: análises das experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibraquera (Garopaba e Imbituba) (SC), e Santa

Rosa de Lima (SC). In: **II Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul (RS): UNISC, 2004

STIGLITZ, Joseph E., **A globalização e seus malefícios**. tradução Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2002.

WAHAB, Salah-Eldin A. **Introdução do turismo**. Trad.Luiz Roberto de Morais Junqueira. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1991.